

Nem choque ortodoxo nem heterodoxo

CORRÍO BRAZILIENSE

12 JUN 1993

Paulo Lustosa

Há mais de dez anos o Brasil vem enfrentando uma crise econômica com elevadas taxas de inflação, a par da estagnação, confluência de fatores adversos que ameaça a dissolução progressiva do sistema social.

A dificuldade maior para a remoção desses fatores de desestabilização consiste em que, dado o longo período em que vêm atuando, a mentalidade inflacionária tende a institucionalizar-se e incorporar-se à cultura, diante do que o sistema econômico já não responde — ou responde transitória e insuficientemente — às políticas de estabilização convencionais.

Embora não se recomendem choques heterodoxos, algumas vezes tentados e desmoralizados por ações contraditórias dentro do próprio Estado, há escassas possibilidades de que medidas convencionais, quanto aos princípios e aos métodos de implementação, permitam a retomada do desenvolvimento nacional, sem risco de o sistema econômico ingressar no processo de hiperinflação.

A ineficiência das políticas econômicas praticadas nos últimos anos resulta, em parte, de que estão baseadas em premissas que já não correspondem à natureza da sociedade, onde prevalece um alto nível de concentração de renda (pessoal, regional, setorial etc), de desperdício de fatores, de clandestinização do sistema produtivo, de oligopolização nos setores mais pesados da economia e de endividamento estatal, interno e externo.

A retomada do crescimento e o ataque à inflação configuram, nos termos das políticas econômicas convencionais, uma contradição e um impasse político, um círculo vicioso que há de ser rompido em algum ponto, de preferência naquele que estrangula todo o sistema — a concentração — na medida em que esta, nas atuais condições brasileiras, inibe o incremento dos investimentos nos setores produtivos, a geração de emprego, a elevação do consumo e, fechando o círculo, a realização do excedente econômico e do lucro.

As políticas antiinflacionárias implementadas pelo Governo, de índole monetarista, têm contribuído para que tal reprodução do capital se realize fora do setor produtivo, sendo que essa estratégia, do ponto de vista do sistema global, não constitui mais do que uma ilusão monetária e, do ponto de vista dos diversos seg-

mentos sociais, uma distribuição regressiva de ativos (vale dizer, penaliza aqueles que estão fora do estreito círculo de beneficiários do sistema financeiro, vez que globalmente não há criação de riqueza).

As medidas que a seguir se propõem partem dos seguintes princípios:

A concentração de renda e, *ipso facto*, o baixo nível de reprodução do capital e de reforço dos setores produtivos estão na raiz da crise econômica e social brasileira;

É inviável, politicamente, produzir uma desconcentração da renda pessoal e já apropriada pelos agentes econômicos; e

Os agentes detentores do grande capital financeiro, beneficiários das políticas monetaristas convencionais, podem contribuir muito pouco para a retomada do crescimento, antes que ela se estabeleça.

A saída da crise, que é também uma crise de oferta e de reprodução do capital, ou seja, de reativação dos setores produtivos, só pode dar-se mediante uma desconcentração espacial e setorial de renda, desconcentração que não significa apenas a repartição equânime dos ganhos entre capital e trabalho, mas também entre produtores. Isto quer dizer:

a) preferência, na aplicação das novas políticas de crédito, de incentivos fiscais, subsídios e compras governamentais, a micro, pequenos e médios produtores (responsáveis por mais da metade do abastecimento e da geração de empregos no País);

b) estímulo à interiorização dos investimentos e aproveitamento de oportunidades geradas no processo;

c) descentralização de ações governamentais da União e dos estados em favor dos municípios, com supressão das atividades concorrentes da União (por exemplo: educação, saúde, agricultura, meio ambiente, merenda escolar);

d) fracionamento de obras públicas, subcontratação de serviços, terceirização;

e) estímulo à produção de alimentos com base familiar; e

f) implantação de distritos industriais de micro e pequenas unidades de produção, com uso compartilhado de equipamentos, instalações e serviços.

Semelhantes medidas, por si mesmas, não seriam suficientes para sustar a escalada inflacionária a curto prazo, sendo requeridas, por isso, outras medidas de caráter tributário,

financeiro ou regulatórias, entre as quais:

a) aplicação do ajuste fiscal em discussão, orientando-o especificamente para a redução da dívida mobiliária interna;

b) aceleração do processo de privatização;

c) encontro de contas entre Governo e fornecedores;

d) estímulo especial aos estados e municípios, para que privatizem serviços;

e) privatização seletiva de ativos públicos e de serviços governamentais;

f) conversão de dívida estadual em investimentos, ou transferência de encargos hoje sob a responsabilidade da União; e

g) proibição aos bancos estaduais de adquirirem títulos da dívida dos estados e rígido controle da execução orçamentária.

Também medidas de curto prazo podem ser implementadas, especialmente as voltadas para o combate à especulação, tais como:

Aquisição centralizada e distribuição de medicamentos básicos e de uso continuado, sobretudo na rede hospitalar pública. Possibilidade de aplicação do sistema rede Somar para medicamentos;

Expansão, em escala, da rede Somar dos atuais 13 mil postos para 100 mil, pelo menos;

Suspensão de financiamento público a praticantes de procedimentos especulativos;

Fiscalização integrada (Receita Federal, Previdência Social, Trabalho e Defesa Econômica) a agentes econômicos suspeitos de especulação;

Estímulo ao crescimento da oferta e controle da demanda (baixa taxa de juros para o produtor e alta para o consumidor, que passará a ser beneficiado futuramente pela queda dos preços); e

Abertura às importações e manutenção de estoques reguladores a contrabalançar as pressões especulativas, particularmente para produtos oriundos de países do Mercosul, onde o Brasil dispõe de saldo expressivo na balança comercial.

As sugestões aqui contidas são singelas e são apenas provocações a partir da idéia de que cabe à sociedade envolver-se integralmente no processo de reversão das expectativas desfavoráveis que marcam o comportamento da sociedade brasileira.

■ Paulo Lustosa, ex-ministro da Desburocratização, é economista